

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1019617-55.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **PAULO RICARDO GOMES**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROSS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

PAULO RICARDO GOMES ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, ambas nos autos devidamente qualificadas.

Alegou, em síntese, que em 18/03/2015 sofreu acidente de trânsito e, consoante relatório médico, teve sequelas graves. Pediu a procedência da presente ação com a condenação da requerida ao pagamento da diferença entre os R\$ 7.087,50 que recebeu e o valor que a lei prevê para invalidez, ou seja R\$ 6.412,50.

A inicial veio instruída com os documentos.

A fls. 25 e ss a requerida apresentou contestação pleiteando a substituição do polo passivo. No mérito, asseverou que não laudo conclusivo do IML e que o pagamento foi efetuado em conformidade com a tabela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prevista na Lei 6.194/74. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 115/121.

A alteração do polo passivo foi indeferida pelo despacho de fls. 146/147

A perícia médica restou prejudicada ante a ausência do autor (a respeito confira-se informação do perito a fls. 204), que foi intimado especificamente a se manifestar nos autos e preferiu o silêncio (cf. fls. 208).

Este, na síntese do que tenho como necessário, **É O**

RELATÓRIO.

DECIDO.

Passo à análise do mérito.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 18/03/2015.

Disso nos dá conta o BO que segue a fls. 17 e ss.

Via da presente busca o pagamento da diferença entre aquilo que recebeu administrativamente e os R\$ 13.500,00 previstos no art. 3º, inciso II da Lei 11.482/07, ou seja, R\$ 6.412,50.

Não há nos autos documento indicativo do déficit permanente e pior, seu grau.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor deixou de comparecer à perícia médica designada justamente para aferir essas questões (a respeito confira-se fls. 204) evidentemente no seu interesse. E não justificou a ausência.

Nessa linha de pensamento não há como proclamar incompleto o pagamento já feito pela ré no valor de R\$ 7.087,50.

Assim, nada mais resta a ser deliberado.

Ante o exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a súplica inicial e condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 880,00, devendo ser observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 98 do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 02 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**